Anais Eletrônicos do SIMPORI 2017
Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais do
Programa San Tiago Dantas - Unesp, Unicamp, PUC-SP
“Instabilidade e reconfiguração: perspectivas para a ordem internacional”
São Paulo, 07 a 10 de novembro de 2017
ISSN 1984-9265

**A BUSCA PELA HEGEMONIA REGIONAL RUSSA: O CASO DA ANEXAÇÃO
DA CRIMEIA À RÚSSIA À LUZ DO REALISMO OFENSIVO**

Thainá Penha Baima Viana Nunes¹

Nielle Beatriz Ribeiro de Figueiredo²

Resumo:

A Guerra Fria marcou o século XX com a possibilidade do embate militar entre dois blocos muito influentes. Com o seu fim, as mudanças geopolíticas ocorridas no sistema internacional foram de grande impacto para a Federação Russa, posto que a mesma sofreu grandes transformações políticas, econômicas e sociais ao deixar de ser uma potência global, passando a ser, então, uma potência nuclear regional. O cenário internacional e sua rede de conflitualidades continuam a mudar, tendo a Rússia e o Ocidente não se mostrado capazes de dissolver as diferenças entre seus interesses estratégicos. Logo, deve-se levar em consideração a grande virada política sentida na Federação Russa assim que Vladimir Putin assumiu a presidência, no fim de 1999, reerguendo a moral russa por meio da sua economia e sua geopolítica, que à época de Boris Yéltsin era praticamente invisível. Por isso, faz-se indispensável a discussão acerca da anexação da Crimeia à Rússia no ano de 2014, haja vista que, em pleno século XXI, sendo as fronteiras entre os Estados visivelmente delineadas, essa ação é considerada por muitos como um movimento contrário à ordem ocidental em vias de se estabelecer. Tal movimentação será interpretada à luz da teoria do Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer, com seu conceito de hegemonia regional e as variadas estratégias que podem ser utilizadas pelos Estados para atingi-la. Para tal, foi realizada uma estreita pesquisa bibliográfica afim de compreender tanto o núcleo duro da teoria realista, incluindo breve retomada às teorias do Realismo Clássico de Hans Morgenthau e ao Realismo Defensivo de Kenneth Waltz, com foco primordial no Realismo Ofensivo, para então aprofundar-se em uma pesquisa ex-post-facto de todo o histórico do território crimeu, a relacionando com a atualidade, especialmente pós 2014. Desta maneira, este paper objetiva analisar a anexação da península da Crimeia ao território ex-soviético à luz do realismo ofensivo, interpretando a motivação russa em tornar-se uma hegemonia regional por meio de ações geopolíticas, afim de explicar a

---

¹Mestranda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia.

²Pós-Graduanda em Relações Internacionais pela Damásio Educacional/Clio Internacional

finalidade da anexação para o reerguimento da Rússia como uma grande potência que almeja visibilidade como hegemon regional.

Palavras-chave: Crimeia. Rússia. Realismo Ofensivo. Anexação.

1 INTRODUÇÃO

É pertinente a discussão sobre as anexações que vem ocorrendo no mundo atual. Desta forma, o caso russo foi escolhido para estrear este trabalho devido a sua complexidade histórica, quando se considera que o conflito russo-ucraniano pela península da Crimeia se estende desde o século XV. Ainda, que de tantas idas e vindas, o território da Crimeia se tornou ainda mais importante geopoliticamente para a Ucrânia e para a Rússia.

O fim da Guerra Fria trouxe consigo grandes mudanças no cenário do sistema internacional, e com a Rússia não poderia ser diferente. Ao perder grande parte do seu território e com isso ter seu poder diretamente afetado, a Rússia vem buscando até os dias atuais se reerguer como uma potência regional que acredita ter sido durante a existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, elegeu-se para permear este trabalho a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer, na crença de que esta explicaria de forma otimizada o fato da anexação da Crimeia à Rússia em pleno século XXI, onde o mapa mundial está com a maioria de suas fronteiras muito bem definidas.

Desta forma, na primeira parte deste *paper* será discorrido sobre a teoria escolhida, afim de entender sua história e relação com o sistema internacional contemporâneo; na segunda parte será apresentado um breve histórico do longo conflito russo-ucraniano pela península da Crimeia, na intenção de provar a complexidade das idas e vindas territoriais durante estes mais de cinco séculos; em um terceiro momento, será aqui apresentada a relação do Realismo Ofensivo com o fato da anexação, afim de provar que a Rússia, sempre quando teve a oportunidade, anexou a Crimeia a seu território. A título de conclusão, se mostrará aqui que a teoria do Realismo Ofensivo explica os objetivos geopolíticos da Rússia de Vladimir Putin, haja vista que o mesmo se esforça sempre por aumentar o seu poder, principalmente na região, nunca estando satisfeito com o que possui justamente por acreditar na ameaça da Organização dos Tratados do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia na região da Eurásia.

2 EVOLUÇÃO DA TEORIA REALISTA

O conjunto de teorias realistas possui raízes fixas, sendo assim dotada de muitos pressupostos invariáveis, sendo consideradas, na leitura de Lakatos, como núcleo duro, ou seja, pressupostos que não podem ser violados (MENDES, 2012).

Desta maneira, entende-se que o a Teoria Realista de Relações Internacionais possui diversas correntes que compartilham do seu núcleo duro. Aqui serão retratadas e explicadas de maneira breve três delas: o Realismo Clássico de Hans Morgenthau, o Realismo Defensivo de Kenneth Waltz e o Realismo Ofensivo de John Mearsheimer.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a devastação deixada pela mesma, surge o que seria conhecido como o primeiro debate das Relações Internacionais, onde a discussão central girava em torno da “guerra”, visando estudar o fenômeno e suas causas para livrar a humanidade do mal que esta era capaz de trazer e consequentemente evitar futuras tragédias. Este debate ocorreu entre as vertentes realista e idealista.

Diferentemente da realidade vivida pelos idealistas, esse foi um momento marcado por visões contrárias de mundo onde “os Estados Unidos passaram a deter a posição de poder predominante e, consequentemente, de maior responsabilidade” o que acabou por tomar o curso da situação, ficando claro que “para os Estados Unidos [era] muito mais que uma interessante ocupação [...] Transformou-se em uma necessidade vital” (KHALER, 1997, p. 42-44) para que pudesse assumir seu papel de potência predominante, de fato.

Os estudiosos da vertente realista se propunham a estudar o mundo como estes julgavam “que realmente era”, ou seja, a realidade internacional era determinada pelas relações de poder, e estes desacreditavam as premissas liberais rejeitando, sobretudo, o Direito Internacional, por julgarem que “o direito prevalece somente enquanto não colidir com os interesses daqueles Estados que dispõem de recursos para impor seus interesses aos demais” (GONÇALVES, 2002, p. 18). Ou seja, os realistas acreditam que a interação entre os Estados decorre diretamente da correlação de forças dentre aqueles que detêm maior poder.

O realismo clássico é permeado por premissas bastante duras, que no decorrer da evolução dos debates foram alvos de críticas e mudanças, para que a compreensão do Sistema Internacional pudesse se tornar cada vez mais abrangente e eficaz. Assim, dentre as que mais marcaram o realismo clássico, pode-se citar que: os Estados são vistos como atores principais e cruciais, o que faz deles unitários e de suas vozes imponentes no Sistema Internacional; Estados são atores racionais, o que faz com que haja uma hierarquia de assuntos internacionais a ser tratada por eles, onde a segurança nacional é prioridade para os realistas, de tal modo que os Estados estão sempre preparados para usar a força, sob a ótica de garantia de seu poderio;

por fim, sua percepção do mundo nas Relações Internacionais é estruturalmente anárquica, tendo em vista que não identificam nenhum poder central mundial.

Como pôde ser visto no contexto em que o Realismo se enquadra, o mesmo se apresenta sistemática e ontologicamente diferente da realidade que vinha sido vivida pelos idealistas. Sendo assim, Morgenthau apresenta uma teoria seguindo os postulados de uma política externa mais adequada ao novo momento da política internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. Período esse marcado pela rivalidade político-ideológica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Para Morgenthau (2003) – assim como para outros realistas clássicos - a teoria deve ser construída a partir “daquilo que é”, servindo, assim, como guia “do que deve ser” para os Estados. Partindo desse pressuposto, são apresentados seis pilares que sustentam a teoria realista, baseados pela centralidade do poder na política internacional, bem como, nos preceitos Estadistas:

1. O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana.
2. A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio a paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido no que se refere a poder.
3. O realismo parte do princípio de que seu conceito-chave de interesse é definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente.
4. O realismo político é consciente da significação moral da ação política como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito.
5. O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo.
6. Intelectualmente, o realista político sustenta a autonomia da esfera política, do mesmo modo como o economista, o advogado e o moralista sustentam as deles (MORGENTHAU, 2003, p. 4-28).

O primeiro pilar reflete o pessimismo da natureza humana, ou seja, o realismo clássico acredita que não só a política como toda a sociedade é governada por leis objetivas que possuem suas raízes intrínsecas à natureza humana. Logo, o autor enfatiza a importância do conceito de *lei*³ e *objetividade*⁴ (MORGENTHAU, 2003, p. 5).

O segundo pilar trata-se sobretudo da conceituação e aplicabilidade do poder na Política Internacional, conceituando-o, assim, como “interesse definido como poder”. Na discussão

---

³ Por lei, entende-se a repetição consistente dos eventos.

⁴ Por objetividade, compreende-se o caráter imutável dos fenômenos políticos.

sobre poder, prevalece a concepção de que o mesmo se trata de uma relação social de influência, significando que, “o controle das ações de outros mediante a influência sobre suas mentes” (MORGENTHAU, 2003, p. 57), e seu objetivo seria fazer teoria na perspectiva do estadista racional. Assume-se, assim, que todos os Estados possuem o mesmo objetivo: o poder.

O terceiro princípio levantado pelo autor, parte de um conceito de poder universalmente aceito e definido que se modifica diante da expressão no tempo e espaço⁵. Sendo assim, por mais que os “interesses sejam definidos pelo poder” esta não é uma máxima fixa, pois “seu conteúdo e a maneira como é utilizado são determinados pelo ambiente político e cultural. O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem” (MORGENTHAU, 2003, p. 18).

No quarto princípio é determinada a relevância dos princípios morais. O estadista, então, deve guiar-se pela “ética da responsabilidade” e não pela “ética dos fins últimos”. Sendo assim, é percebido que os interesses das ações políticas devem alinhar-se aos limites os princípios morais guiados pela prudência⁶, já que o estadista deve ter em mente que a segurança e os interesses estatais do Estado que governa, não estão sendo ameaçados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O quinto pilar de Morgenthau, afirma que as concepções morais não são universais, já que na medida em que o sistema internacional é composto de soberanias específicas, o realismo torna-se crítico do movimento de projetar princípios particulares como universais e expansíveis para o restante da humanidade, pois as aspirações morais de uma nação não se aplicam ao restante da sociedade (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Por fim, o sexto e último pilar da política internacional no realismo clássico de Morgenthau, reafirma a autonomia da esfera política em relação as demais esferas sociais, como a econômica, a jurídica ou a religiosa. Ou seja, diante de tal autonomia, o autor reconhece a legitimidade e especificidade das demais esferas.

Dado isto, para o autor, o Estado define os interesses nacionais nos termos de poder. A partir do seu ponto de vista, a existência da anarquia internacional obriga os líderes de Estado a adotar a ética e responsabilidade, segundo o qual o interesse vital da nação é a sobrevivência do Estado.

---

⁵ Logo, o poder varia de acordo com o contexto em que esse é exercido.

⁶ “A prudência – a avaliação das consequências decorrentes de ações políticas alternativas – representa a virtude suprema na política. A ética, em abstrato, julga uma ação segundo a conformidade dela com a lei moral; a ética política julga uma ação tendo em vista as suas consequências políticas” (MORGENTHAU, 2003, p. 20-21).

Para que o Estado sobreviva, é importante ressaltar três pontos: manter o poder, aumentar o poder e demonstrar o poder. A manutenção do *status quo* quer pela expansão e busca de prestígio no sistema internacional, haja vista que a manutenção do *status quo* busca o equilíbrio de poder existente e a tolerância em relação às mudanças no contexto político internacional.

Aumentar o poder por via da expansão territorial – que pode ser tanto regional quanto global – ou pela expansão militar (a mais eficaz, segundo Morgenthau), econômica ou cultural que resultaria, de qualquer forma no sentimento de fraqueza dos demais Estados.

Já com a política de prestígio, os Estados estariam em uma busca constante de “impressionar” uns aos outros com o poder que os mesmos detêm, seja essa demonstração por meio da diplomacia ou pelo uso da força. Julga-se assim, que o ápice de tal prestígio seria alcançado quando o uso da força se mostrar paliativo, ou seja, um cenário onde somente o uso da ameaça fosse necessário para alcançar os objetivos os quais os Estados de propõem.

Morgenthau argumenta que:

Em um mundo em que a força motriz resulta da aspiração as nações soberanas por poder, a paz só poderá ser mantida por meio de dois instrumentos. O primeiro é o mecanismo autorregulador das forças sociais, que se manifesta sob a forma de luta em busca do poder na cena internacional, isto é, o equilíbrio de poder. O outro consiste nas limitações normativas dessa luta sob a roupagem do direito internacional, da moralidade internacional e da opinião pública mundial (MORGENTHAU, 2013, p. 45).

Logo, para o autor, essas seriam as duas soluções cabíveis para as questões da paz e estabilidade internacional, sendo essas consideradas a origem para as formulações teóricas no âmbito das relações internacionais. Há de se considerar outras teorias como a de Waltz (1979), por exemplo, que enfatiza a premissa do princípio organizador da anarquia internacional.

Apesar de existirem pontos convergentes entre as duas vertentes do realismo nas relações internacionais, o momento em que Waltz apresenta a sua teoria é marcado pela revolução behaviorista⁷ nas ciências sociais nos finais dos anos de 1950, momento em que o discurso foi modificado em sua ordem metodológica: a questão já não era mais “o que” estudar, e sim, “como” se estudar.

Surgem, então, os defensores da vertente estrutural do realismo, prevendo uma reformulação das premissas do Realismo Clássico, pois acreditavam que estes apresentavam conceitos excessivamente gerais, os quais acabariam por universalizar as leis da política

---

⁷ A revolução behaviorista (do inglês, *behaviour*, que significa comportamento), ou revolução do comportamento que configura a segunda geração da ciência política norte-americana. Incorporando elementos da psicologia e determinando a limitação da ciência política ao estudo do comportamento político observável dos indivíduos, em determinado sistema social, para se conseguir chegar à objetividade (BARASH, 1977).

internacional. Sendo assim, a nova proposta era buscar analisar questões como a relação ator-estrutura e a relevância da microeconomia dentro do contexto das RI. Assim como a separação da política interna e externa – onde a externa é o *locus* do poder de sobrevivência, e a ideia de balança de poder, que confere ao Sistema Internacional a ideia de barganha entre os Estados, caracterizando o dilema de segurança. Esta última é a mudança mais notável entre o realismo clássico e estrutural.

Quadro 1: Realismo Clássico x Realismo Estrutural

	Realismo Clássico	Realismo Estrutural
Autores Analisados	Morgenthau	Kenneth Waltz
Atores	Estado	Estado
Interesses	Poder	Sobrevivência e Dominação
Análise	Estado e Sistema Internacional	Sistema Internacional
Dinâmica	Conflito	Conflito
Lógica do ordenamento político internacional	Balança de Poder	Balança de Poder

Fonte: Autoria própria, 2017.

Algumas considerações devem ser feitas para analisar a Tabela 1. Waltz (1979) propunha explicar a política internacional, não descrever as relações internacionais em sua totalidade, como vinha acontecendo com seus antecessores. O mesmo ocorrera com a concepção dos atores que formavam o sistema internacional, enquanto no realismo clássico o Estado era tido como ator unitário e principal, no realismo estrutural o Estado ainda é tido como central nas relações internacionais, no entanto, já não há a negação de outros atores.

States are not and never have been the only international actors. But then structures are defined not by all of the actors that flourish within them but the major ones. [...] The importance of nonstate actors and the extent of transnational activities are obvious. The conclusion that the state-centric conception of international politics is made obsolete by them does not follow. (WALTZ, 1979, 93-94).

Enquanto Morgenthau preocupava-se em elaborar uma política internacional capaz de se adequar ao novo contexto internacional, Waltz busca uma explicação plausível para o

fenômeno da guerra. Por isso, elencou três níveis nos quais as explicações da guerra situavam-se:

Figura 1: Três níveis para se analisar a Guerra, segundo WALTZ

FONTE: Autoria própria, 2017.

O debate sobre a natureza humana ainda era predominante ao discutir-se guerra e paz. Era acreditado, pelos clássicos, que uma das principais causas da guerra estavam intrínsecas à espécie humana, como o egoísmo e a maldade, interferindo diretamente na forma como os Estados mantinham as suas relações. Neste ponto, Waltz questiona os períodos de paz já vistos na humanidade, negando, dessa forma, quaisquer explicações que priorizassem a primeira imagem, já que “o fator psicológico é demasiadamente geral para determinar o curso dos fenômenos sociais” (DURKHEIM apud WALTZ, 2004, p. 37).

Ao analisar a segunda imagem, o principal argumento formulado era o de que se a organização interna dos Estados fosse, de fato, um dos fatores causadores da guerra, então seria possível crer que uma mudança no Estado traria a paz, considerando a existência de estados bons e maus. No entanto, Waltz (2004) refuta tal afirmação uma vez que os Estados vivem em um sistema anárquico, onde devem buscar a sua sobrevivência, tendo em vista que este sistema é caracterizado pela falta de um governo central e pela incerteza.

Nesse sentido, Waltz (2004) considera a terceira imagem – Sistema de Estados – como a predominante para a explicação da guerra, já que as anteriores possuem lacunas não preenchidas. Esta imagem é determinada pelo comportamento dos atores no sistema internacional, baseado em autores que partem da premissa do contrato social⁸, ou seja, os homens viviam em seu Estado de natureza (de guerra) onde não havia uma autoridade superior capaz de fazê-los cumprir as regras.

Com os Estados não seria diferente: “não é acidental, mas necessário, que ocorram acidentes entre particularidades: [...] na anarquia, não há harmonia” (WALTZ, 2004, p. 225). Em outras palavras, já que não existe uma autoridade capaz de sancionar e constranger os Estados, a solução que os mesmos encontram é assegurar a sua segurança e sobrevivência do seu próprio jeito, acrescentando que “[...] de acordo com a terceira imagem, existe uma possibilidade constante de guerra num mundo em que há dois ou mais Estados buscando

⁸ Refinando a ideia de autores como Rousseau, por exemplo.

promover um determinado conjunto de interesses e em que inexistem um órgão acima deles [...]” (WALTZ, 2004, p. 281).

Nota-se, então, contrapondo realismo clássico de Morgenthau, Waltz entende que a política internacional é estipulada a partir de constrangimentos estruturais, gerando resultados inesperados. Assim, por mais que os Estados não queiram viver em um ambiente hostil, eles precisam resguardar seus interesses, já que se um Estado agir diferente dos demais, ele arcará sozinho com os prejuízos e consequentemente não haverá mudanças a nível estrutural.

A principal questão abordada por Waltz, então, é que na estrutura anárquica impera a autoajuda, e que os Estados tendem a buscar um equilíbrio de poder. Buscando a sobrevivência, os Estados necessitam de esforços internos, incrementando suas capacidades, assim como de esforços externos, por meio de alianças (DUARTE, 2011). A teoria do equilíbrio de poder explica, então, a formação de balanços de poder.

A perspectiva estrutural de Waltz rompe com a corrente realista dominante:

As características do sistema internacional, a preocupação com a sobrevivência, as relações de poder num ambiente anárquico e de autoajuda, assim como a propensão ao conflito, deixam de ser interpretadas através do paralelo com a natureza humana e passam a ser analisadas a partir do papel dos governantes e indivíduos. O sistema internacional passa a ser entendido a partir de uma visão sistêmica, destacando o fato de ser a estrutura a responsável por constranger o comportamento dos Estados (DUARTE, 2011, p. 12).

Diante do que foi aqui exposto, é notável a evolução encontrada no Realismo, onde teóricos adicionam novas abordagens afim explicar de forma mais clara e eficiente o sistema internacional. Assim aconteceu com John J. Mearsheimer, que na intenção de incrementar a teoria realista da política internacional, contribuiu com o livro *A tragédia da política das grandes potências* (2001), onde desenvolve e explana de forma clara a teoria do Realismo Ofensivo.

Foque-se então em uma análise sobre o Realismo Ofensivo e seus principais pressupostos. Mearsheimer (2001) buscou, ao teorizar, fazer um apanhado das teorias de Morgenthau e Waltz, o que deu vida a sua contribuição. Isso acontece porque o autor se utiliza da noção de necessidade de maximização de poder do Estado, advinda de Morgenthau, com a ideia de que tal necessidade é resultado da estrutura anárquica do sistema internacional, abstração de Waltz, o que vem a moldar o comportamento dos Estados.

A sobrevivência continua sendo o principal objetivo dos Estados, senso que perpassa por todas as fases realistas. Porém, Mearsheimer (2001) enxerga a sobrevivência com ligação direta ao poder que detém o Estado quando considera que é pelo poder que as grandes potências

lutam entre si e que para que se sintam de fato seguros, os Estados travam uma “ânsia ilimitada de poder”, conceito de Morgenthau emprestado por Mearsheimer para determinar o fato de os Estados estarem sempre a procura de oportunidades de dominar outros Estados.

Esse é o principal ponto que diferencia o realismo ofensivo do realismo defensivo: enquanto Waltz acredita que a necessidade do Estado é manter o seu *status quo* sustentando um posicionamento tradicional, Mearsheimer advoga que a necessidade do Estado é aumentar seu poder para que assim possa se sentir seguro, assumindo uma posição de Estado revisionista (VILLA; MENDES; CEREDA, 2012).

Desta maneira, Mearsheimer (2001) considera que os elementos básicos da teoria são identificados na ideia de que os Estados estão sempre buscando oportunidades de conquistar mais poder no sistema internacional. Assim, a teoria é baseada na imagem das grandes potências, afinal, elas que regem o sistema. Neste momento, Mearsheimer (2001, p. 23) define que para ser reconhecido como uma grande potência, “um Estado deve possuir meios militares capazes de oferecerem resistência séria numa guerra convencional total contra o Estado mais poderoso do mundo”, porém, clarifica, não é necessário que o candidato a *hegemon* consiga derrotar um *hegemon* estabelecido, sendo o enfraquecimento deste último suficiente para seu estabelecimento como candidato.

Mearsheimer (2001) ainda pontua cinco hipóteses basilares sobre o sistema internacional, as quais induzem as potências a lutar pela maximização de poder e por uma posição hegemônica: o sistema internacional é anárquico; Estados são atores racionais; a sobrevivência é o principal objetivo dos Estados; absolutamente todos os Estados devem possuir capacidade ofensiva militar, e; Estados nunca confiam uns nos outros. Juntas, essas cinco hipóteses resultam em um conjunto incitador ofensivo nas relações entre grandes potências haja vista que “num mundo de autoajuda o egoísmo compensa” (MEARSHEIMER, 2001, p. 47).

Dispondo das ideias principais que regem o realismo ofensivo, é necessário colocar aqui alguns conceitos utilizados por Mearsheimer que permearão a análise de caso que será feita adiante. O equilíbrio de poder é um dos pontos pertinentes, afinal, está diretamente ligado às movimentações estatais pela maximização do poder. O objetivo consiste, portanto, na alteração do equilíbrio por meio da oportunidade de aumentar o seu poder a partir do sacrifício de poder do Estado rival (MEARSHEIMER, 2001).

É necessária a utilização de vários meios para a conquista de tal objetivo, que tem como fim a vitória sobre o outro Estado, gerando o efeito de dominação do último pelo primeiro. Essa

dinâmica é chamada por Mearsheimer (2001) de maximização do poder relativo, consistente na compulsão com a distribuição de poderes materiais, o que traz consigo uma superioridade de poder sobre tais rivais. Importante notar que, para que as grandes potências se submetam a movimentar o equilíbrio de poder, é necessário que calculem seus ataques. Se no cálculo realizado a ofensiva não superar a defensiva, não há porque atacar neste momento. Caso contrário, o ataque é calculado de acordo com as capacidades ofensivas do Estado, que seja, de acordo com os seus limites de sobrevivência no sistema (MEARSHEIMER, 2001).

Não se prendendo só à questão de Estados hegemônicos globais, Mearsheimer (2001) se propõe a defender a existência de Estados hegemônicos regionais. A partir da definição de *hegemon* como “Estado tão poderoso que domina todos os estados no sistema” (MEARSHEIMER, 2001, p. 53), um Estado hegemônico regional é aquele que domina precisamente certas áreas geográficas. Desta maneira, é advogado que o primeiro passo aspirador de uma grande potência é tornar-se um *hegemon* regional para então se tornar uma potencial hegemonia global, sendo o principal obstáculo imposto ao aspirante à hegemonia global a projeção de poder nos oceanos, o que o autor chama de “poder bloqueador da água” (MEARSHEIMER, 2001, p. 54).

Por fim, mas não menos importante, define-se aqui a ideia de poder real e poder potencial. Mearsheimer (2001) entende que poder real é definido pela quantidade de poder material pertencente a um Estado, na forma de suas forças terrestres, navais e aéreas; enquanto o poder potencial é referente à dimensão geográfica e populacional que dota o Estado. Desta maneira, o autor entende que, mesmo que se viva em uma era nuclear, o poder terrestre ainda é o elemento fundamental para o Estado.

Entende-se, portanto, que a teoria do realismo ofensivo se utiliza de parâmetros sistêmicos para justificar a busca do Estado por maximização de poder. Tal maximização ocorre de diversas maneiras e inclui em si muitos conceitos, afim de explicar e exemplificar que de forma os Estados buscam se tornarem um *hegemon* regional e, posteriormente, global.

3 ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À RÚSSIA: HISTÓRIA MILENAR

O interesse russo pela península da Crimeia é antigo, não tendo assim iniciado no século XX, o que faz do conflito mais recente apenas mais um capítulo de um contexto histórico extenso e complexo, afinal, a Rússia foi apenas um dos Estados a lutar veementemente pela região.

No século XV, mais precisamente em 1475, foi estabelecido o Canato da Crimeia enquanto a região era pertencente à Horda Dourada, parte do Império Otomano. No século XVIII, Catarina, a Grande, derrotou os otomanos na região da Crimeia, o que a permitiu assegurar à Rússia o poder sobre a península (WYDRA, 2004).

O movimento continuou até o século XX, que foi caracterizado pela montanha russa na economia e na política da Ucrânia, o que, evidentemente, foi sentido na Crimeia, devido a disputa pelo poder entre tártaros e bolcheviques, com a derrota dos primeiros. Posteriormente, muitas tentativas de tomar o governo foram realizadas, como a dos comunistas, que tomaram o poder em outubro de 1920 (WYDRA, 2004).

A Crimeia esteve subordinada a União Soviética até metade da década de 1950, voltando a fazer parte da Ucrânia. Depois disso, diversos plebiscitos foram feitos e deixaram evidente que a população da Crimeia desejava mesmo ser parte daquela terra que sempre lhes deu identidade mas nunca tiveram seu fim como se era desejado (WYDRA, 2004).

Ainda no ano de 1990, Rússia e Ucrânia praticamente travaram um conflito originado dos movimentos separatistas da Crimeia, assim como devido à base militar de Sevastopol e do arsenal nuclear, ambos legados da URSS (MIELNICZUK, 2014). Devido a este fato, em 1991, radicais separatistas uniram-se e declararam a República da Crimeia independente em 4 de setembro do mesmo ano (WYDRA, 2004).

Após a Guerra Fria, o conflito tornou-se ainda mais sério e aparentemente não solucionável, já que países que antes faziam parte da União Soviética conquistaram a sua independência. Porém, esses continuavam dependentes da Rússia, seja por questões políticas, econômicas ou até mesmo culturais, entre muitas outras, e o caso da Ucrânia e particularmente da Crimeia pode ser assim enquadrado.

Deste modo, logo no fim do ano de 2013, instaurou-se uma crise civil e política na Ucrânia. O motivo foi o fato de a Ucrânia escolher fechar acordos bilaterais com a Rússia, ao invés de fazê-lo com a União Europeia. A revolta tomou muitos dos cidadãos de Kiev, os quais manifestaram-se em praça pública com grande fervor e determinação, sendo este um claro sinal de que não aceitavam uma nova submissão à Rússia e mostrando que a lembrança da Rússia como Estado opressor ainda estava viva em suas memórias. Devido à crise, a deposição do presidente Viktor Yanukovich foi inevitável, ocorrida logo no início de 2014.

Enxergando a situação de crise e suas motivações como uma grande oportunidade, a Crimeia, península da Ucrânia que se encontra muito próxima à Rússia, realizou um referendo com sua população para que decidissem de forma autodeterminante se a península deveria ou

não se tornar independente, assim como a posterior anexação de seu território ao território russo (SLOBODA, 2014).

É verdade, como se pode notar no mapa idiomático da Ucrânia (mapa 1) que mais de 75% da população da Crimeia possui o russo como língua nativa. Isso diz muito sobre o que significa os 97% dos votos favoráveis à independência e anexação à Rússia: a identidade da península é quase que inteiramente russa, o que faz com que sua cultura e interesses sejam totalmente subjugados aos russos.

Fonte: Ukraine Census, 2001⁹

Consecutivo ao referendo, a Ucrânia não aceitou a independência e posterior anexação da Crimeia à Rússia. Porém, a anexação foi reconhecida e formalizada pela Rússia, mesmo que os países influentes do sistema internacional não compactuem ou reconheçam a anexação de maneira legal, apoiados no Direito Internacional e, ainda, no acordo fixado em Budapeste por Estados Unidos, Rússia e Reino Unido, no ano de 1994, que garantia a segurança da Ucrânia e a cessão de armamentos de herança soviética ao mesmo país. (SLOBODA, 2014).

Ainda, considera-se a violação da soberania ucraniana a partir do momento em que tropas russas passam a integrar o território crimeu em um movimento semelhante à responsabilidade de proteger, celebrado pela Rússia afim de proteger seus cidadãos lá residentes.

⁹ CNN. A divided Ukraine. 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/interactive/2014/02/world/ukraine-divided/>>. Acesso em junho, 2017.

A Rússia lidera ações de natureza interventiva em assuntos domésticos no Exterior Próximo¹⁰, como ocorreu no caso da Geórgia e no conflito da Ucrânia, que teve como consequência a anexação da província da Crimeia à Federação Russa.

4 O REALISMO OFENSIVO APLICADO À ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À RÚSSIA

Ao se deparar com uma Rússia totalmente desestabilizada, devido à crise geral, Putin se mobilizou a buscar um posicionamento geopolítico voltado para a autocaracterização como potencial *hegemon* regional, proposta bastante ousada sonhada desde a União Soviética (BLUM; JACICHEN, 2015). Para fazer face a meta idealizada, o presidente precisou, primeiramente, reformar a estrutura política interna da Rússia, assim como proceder à reabilitação de alguns ativos indispensáveis (FÂNZERES, 2014), tendo, consequentemente, a recuperação da economia russa como prioridade.

Traduzindo em números os resultados dessa dedicação, tem-se que: “nos anos 90, o PIB [Produto Interno Bruto] russo declinou cerca de 40%, e em 1998, a Rússia sofreu uma grande crise financeira. Então, a partir de 1999 até 2008, o PIB cresceu fortemente a 7% ao ano na média, quase dobrando em nove anos” (SERGEI, 2016, apud CORREA, 2016, p.42).

No âmbito da política externa, segundo Adam (2011), Putin traçou o objetivo de verticalização do poder na política interna da Rússia, em que há forte presença do poder do presidente, o que trouxe a facilitação do êxito da política externa por ele traçada. Com uma significativa recuperação da economia russa, a independência que essa conseguiu criar do ocidente fez com que o maior objetivo da política externa russa pudesse ser colocado em prática: a busca da reafirmação de seu poderio como grande potência no sistema internacional (CIDOB, 2010).

Importante ressaltar, nas palavras de Adam (2011), que o sentimento de necessidade de reafirmação do poderio da Rússia não era um desejo apenas do presidente Putin, mas de toda a sociedade, entendendo que a natureza russa é de uma grande potência e que isso não pode ser perdido, muito menos ignorado.

Esse sentimento traz consigo outro ponto: para que seja exercido o poder, a Rússia precisaria, primeiramente, definir a área em que esse poder seria executado, ou seja, sua zona de influência, podendo assim exercer sua segurança estatal e maximizar o poder na região

---

¹⁰Zona estratégica de interesse russo, ou seja, seus países fronteiriços e ex-membros da União Soviética.

estrategicamente traçada (ADAM, 2011). Essa zona é entendida por todo o espaço pós-soviético.

Desta forma, Adam (2011) deixa claro que a Rússia não tinha como objetivo reanexar os territórios perdidos, posto que isso não fazia parte dos objetivos da política externa de Putin, mas sim manter uma relação com esses países, principalmente no que diz respeito ao transporte de energia, como quando se firmaram acordos intergovernamentais com Uzbequistão, Azerbaijão, Turcomenistão e Cazaquistão com a finalidade de cooperar no setor de gás e petróleo (CIDOB, 2010).

Portanto, um dos principais objetivos atuais da geopolítica russa é manter-se presente e com bom relacionamento com os Estados que um dia fizeram parte da URSS e que hoje fazem parte da CEI¹¹, utilizando seu poder econômico e militar (CHURRO, 2013). Outro objetivo da geopolítica russa, quanto à CEI, é manter os seus países-membros afastados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), fazendo com que se preservem afastados também dos Estados Unidos da América (EUA), como se pode notar nos casos de Moldávia e Azerbaijão, onde a Rússia aumentou seu contingente militar na região, temendo a sua entrada na OTAN (CHURRO, 2013).

Essa política anti-americana também é aplicada nas estratégias geopolíticas russas na Ásia. No intuito de manter sua zona de influência, a Rússia criou, junto da China e outros Estados, a Organização de Cooperação de Xangai (SCO). Entre outros objetivos geopolíticos, Adam (2011) considera:

O controle de uma zona de influência, a competição por espaços e recursos localizados em territórios de outros Estados, as políticas de aproximação e afastamento de uma ou de outra de acordo com as circunstâncias são exemplos da permanência das considerações geopolíticas na condução da política externa da Rússia (ADAM, 2011, p. 51).

Vale apontar que foi durante o primeiro mandato presidencial de Putin, em que a Rússia buscava revigorar seu poder na zona de influência entendida pela CEI, que ocorreram as revoluções Rosa (2003) e Laranja (2004), na Geórgia e na Ucrânia, respectivamente, e no Quirguistão, em 2005, com o objetivo de tirar do poder os presidentes atuantes, considerados antiocidentais, para colocar em seu lugar presidentes pró-Occidente. Essas revoluções foram, segundo a visão russa, bancadas pelos Estados Unidos como forma de aproximar-se da região

---

¹¹Fazem parte da CEI: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Azerbaijão, Arménia, Geórgia, Cazaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Moldávia. Todos esses países compartilham história, política e cultura, além de se beneficiarem econômica e comercialmente da presença russa (CHURRO, 2013, p. 158).

de influência russa e tornou-se um convite aos Estados ucraniano e georgiano a adentrar à OTAN (CIDOB, 2010).

É importante aqui pontuar que a função deste artigo não é defender a Rússia como *hegemon* regional, mas sim em notar que alguns pontos altos da teoria são facilmente aplicáveis ao estudo de caso. Portanto, há a distinção clara para as autoras que a região da Eurásia, onde a Rússia se localiza, possui Estados que também podem ser considerados grandes e fortes, como Índia e China, e é exatamente por isso que não está aqui submetido o primeiro entendimento.

Por outro lado, é inevitável o entendimento de que a Rússia, principalmente após o início do primeiro mandato do presidente Vladimir Putin, em 2000, retomou a idealização de unir novamente o que era o império soviético, onde vem trabalhando por meio de seus objetivos geopolíticos que permeiam principalmente o Exterior Próximo¹².

Desta maneira, entende-se que a Rússia utiliza de seus objetivos geopolíticos baseados no eurasianismo para se tornar um aspirante a *hegemon* regional. Não há a defesa, aqui, de que a Federação Russa já se encontra neste patamar, mas sim que com os fatos ocorridos nos últimos 17 anos, não há como ignorar este desejo, que pode ser identificado claramente.

A busca de maximização do poder material russo pode ser notada no aumento considerável da porcentagem do PIB direcionada à segurança, defesa e à área militar, como pode ser notado na tabela abaixo:

Tabela 1: Orçamento militar em relação ao PIB

	2005	2010	2013
<i>Defesa Nacional</i>	2,69%	2.76%	3.17%
<i>Gastos Militares</i>	3.53%	3.80%	4.19%

Fonte: COOPER, 2013. Adaptado.

Isso faz com que a balança de poder equilibrada na região seja desestabilizada e alterada devido à oportunidade que a Rússia encontrou em anexar a região da Crimeia em meio à crise da Ucrânia.

Para Mearsheimer (2014), os Estados Unidos e Europa tendem a acreditar que a lógica realista das relações internacionais tem pouca prevalência no contexto do século XXI, já que seus países são mantidos com base nos princípios liberais, como: Estado de Direito, a interdependência econômica e democrática. No entanto, tais preceitos não prevaleceram na

¹² Países fronteiriços e ex-membros da União Soviética (GONZÁLEZ, 2013).

Ucrânia, uma vez que a crise deixa claro que a *realpolitik* permanece latente e os Estados que a ignoram colocam em risco o seu próprio *status quo*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, foi apresentada a transição que a Federação Russa sofreu desde o fim da União Soviética, considerando que nos anos de 1990 a Rússia viveu um período de conturbação constante. A perda de grande parte do seu território geográfico não foi apenas trágica em si, mas significava, também, ao perder-se de uma população que carregava consigo as raízes russas. Além disso, os custos políticos-ideológicos, por se tornar agora um Estado em crise e não mais uma potência global, como antes; os custos econômicos, visto que boa parte do transporte do gás natural russo passa por países que agora não fazem mais parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que dificultou em grande escala a economia.

A economia do continente mostrou-se ainda mais fragilizada no decorrer dos anos quando o território russo precisou deparar-se com as incansáveis tentativas de aproximar os países do Leste Europeu¹³ do Ocidente, esforços esses que foram vistos a partir dos ideais de alargamento da OTAN e sob as políticas de fortalecimento da União Europeia.

O pretexto que ambas as organizações utilizavam para conseguir o maior controle na região, preconizava o reforço no âmbito da segurança nacional, maximização de poder, diminuição da suscetibilidade das fronteiras; fortalecimento democrático, busca pelo ideal da paz duradoura em territórios historicamente conflituosos, e por fim, a cooperação em termos políticos e econômicos que seria uma consequência advinda da aproximação à União Europeia.

Com a chegada de Vladimir Putin ao poder nos anos 2000, a Rússia se reergueu em todos os setores, consequência de políticas duras de Putin voltadas para a retomada do poder russo em escala regional e, posteriormente, global. A economia passou a ter melhores resultados e o presidente conseguiu grande aprovação popular devido aos seus feitos. Geopoliticamente, a Rússia se apresentou como potência nuclear regional capaz de controlar seu Exterior Próximo pelos meios que os unem.

Assim, a Rússia busca recuperar, desde então, seu *status* como *hegemon* regional no Sistema Internacional, como pode ser notado nos acontecimentos internacionais recentes – como por exemplo, a anexação da península da Crimeia à Rússia, como discutido no decorrer deste trabalho, em que ela demonstra grande projeção de poder, principalmente no que diz

---

¹³ Territórios esses que foram desmembrados com o fim da URSS.

respeito a sua área de influência e os seus países parceiros. A assertividade dessa nova projeção internacional é proveniente da combinação da defesa positiva do multilateralismo, principalmente no que se refere a sua cadeira fixa no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com poderes semelhantes no jogo com as maiores potências globais, o que incita os ex-soviéticos a almejem a posição de hegemonia regional.

Portanto, apesar de Adam (2011) considerar que os objetivos russos não incluem anexações, há de se contestar ao notar-se que a oportunidade de anexação da Crimeia à Rússia foi real, o que consolidou o ato.

REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin. **A Rússia e os países da Comunidade dos Estados Independentes no início do século XXI**. Uma Longa Transição da Rússia: Vinte anos de transformação na Rússia, Brasília, p.40-80, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9014>. Acesso em: 14 set. 2016.

BLUM, Gustavo Glodes; JACICHEN, Julia. **Em Busca De Um Lugar Na Nova Ordem Mundial: A Rússia, O Espaço Pós-Soviético E O Pensamento Geopolítico Russo**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, p.1-20, 2015. Semestral. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/22794>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

CHURRO, João Manuel Barroso de. **A geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia**. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6525>>. Acesso em: 5 abr. 2016

CIDOB. **Anuario Internacional CIDOB 2010**: Federación Rusa, perfil de país. Barcelona: CIDOB, 2010. 537 p. Disponível em: <http://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/anuario_internacional_cidob/anuario_internacional_cidob_2010_federacion_rusa_perfil_de_pais>. Acesso em: 11 nov. 2016.

COOPER, Julian. **Russian Military Expenditure: Data, Analysis and Issues**. Russia, 2013. 60p.

CORREA, Thiago Luiz. **Análise Da Política Externa Russa No Sistema Internacional Do Século XXI**. 2016. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade da Amazônia, Ananindeua, 2016.

DUARTE, Geraldine Rosas. Realismo Clássico versus Realismo Estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema?. **E-civitas: Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Uni-BH**, Belo Horizonte, v. 4, p.1-19, jul. 2011.

Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/view/93/54>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

FÂNZERES, José Manuel Ferreira. **Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: A Força da Vontade, a Arte do Possível**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2014. 198 p.

GONÇALVES, Williams da Silva. **Relações Internacionais**. Zahar, 2002.

GONZÁLEZ, Francisco J. Ruiz. **El concepto de política exterior de Rusia: un estudio comparativo**. Documento Marco, Madrid, p.1-22, abr. 2013. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_marco/2013/DIEEEM06-2013_Rusia_ConceptoPoliticaExterior_FRuizGlez.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.

KAHLER, Miles. **Inventing International Relations: International relations theory after 1945**. In: DOYLE, M. & INKENBERRY, G. J. *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder: West-view Press, 1997. P. 20-53

MEARSHEIMER, John J.. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007. 518 p.

MEARSHEIMER, John J. **Why Ukrainian Crisis is West's Fault**. Foreign Affairs. Setembro/Outubro, 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>>. Acesso em 12 jun. 2017.

MENDES, Flávio Pedroso. **Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural**. 2012. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2rt9M0X>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

MIELNICZUK, Fabiano. **Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 28, p.223-258, jan. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://bit.ly/2rzxJWz>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Ed UNB, 2003.

NOGUEIRA, João & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHIMMELFENNIG, Frank; SEDELMEIER, Ulrich. **Theorizing EU enlargement: research focus, hypotheses, and the state of research**. Journal of European Public Policy, v. 9, n. 4, p. 500-528, 2002.

SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. **A anexação da Crimeia pela Rússia:** uma análise jurídica. Revista Eletrônica de Direito Internacional, Belo Horizonte, v. 13, p.1-22, 2014. Semestral. Disponível em: <<http://bit.ly/2qNgWfQ>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

VILLA, Rafael Duarte; MENDES, Flávio Pedroso; CEREDA, Fábio. **John Mearsheimer e o realismo ofensivo:** uma teoria política sistêmica das relações internacionais. In: LIMA, Marcos Costa et al. Teóricos das Relações Internacionais. São Paulo: Hucitec-facep, 2012. Cap. 12. p. 315-348.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra:** uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics.** Nova York: McGraw-Hill, 1979.

WYDRA, Doris. **The Crimea Conundrum:** The Tug of War Between Russia and Ukraine on the Questions of Autonomy and Self-Determination. International Journal On Minority And Group Rights, Netherlands, v. 10, n. 2, p.111-130, 1 fev. 2004. Brill Academic Publishers. <http://bit.ly/2rjNcJS>. Disponível em: <<http://bit.ly/2rNGptb>>. Acesso em: 13 mar. 2017.